

## PREFEITURA DE CATAGUASES

Cataguases/MG, 17 de outubro de 2024

**Memorando nº254/2024**

**Para:** Setor de Licitações e Contratos

**A/C:** Sra. Nilyê Faria de Oliveira,

**Assunto:** Solicitação de Abertura de Processo Licitatório - modalidade pregão eletrônico para contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia.

Prezada,

Com as minhas cordiais saudações, venho através deste solicitar a abertura de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico para contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia para **ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PTS - PROJETO DE TRABALHO SOCIAL E DO PDST - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL**, que atuará no projeto de construção de um extravasor no Córrego Lava Pés, localizado na Avenida Astolfo Dutra, Centro em Cataguases.

Valor estimado da contratação R\$ 84.000,00

Valor bloqueado para 2 meses de 2024 R\$ 14.466,66

Bloqueio: 548

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

  
Emília de Sousa Menta  
Secretária de Administração

*Recebido em*  
*38/10/24*  
*Nilyê*



Gerência Executiva de Governo Juiz de Fora  
Rua Oscar Vidal, 111 - 4º Andar Centro  
36.010-060 - Juiz de Fora - MG

Carta Reversal nº 0080 / 2024 / GIGOV/JF

Juiz de Fora, 18 de outubro de 2024

A Sua Excelência o Senhor  
José Inácio Peixoto Parreiras Henriques  
Prefeito Municipal  
Prefeitura Municipal de Cataguases  
Praça Santa Rita, 462 - Centro  
CEP:36770-900 – Cataguases – MG

Assunto: **Prorrogação de Cláusula Suspensiva**

Senhor Prefeito Municipal,

Em atenção ao Ofício nº 029/2024, datado de 09/10/2024, em que é solicitada alteração ao Contrato de Repasse nº 953774/2024 - Operação 1092879-00, de 28/02/2024, assinado segundo os termos do Programa Saneamento Básico, informamos que o(a) Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, prorrogou o prazo para entrega da documentação pelo Contratado para o dia 25/07/2025, e o prazo para análise pela Caixa Econômica Federal para o dia 25/08/2025, conforme pretendido por esse(a) Prefeitura Municipal.

Respeitosamente,

RAPHAEL SAVIO DOS SANTOS:07251864614  
Assinado de forma digital por  
RAPHAEL SAVIO DOS  
SANTOS:07251864614  
Dados: 2024.10.18 09:48:02 -03'00'

RAPHAEL SAVIO DOS SANTOS  
Assistente Júnior  
Gerência Executiva de Governo Juiz de Fora

CHRISTIANE FERREIRA:03995701604  
Assinado de forma digital por  
CHRISTIANE  
FERREIRA:03995701604  
Dados: 2024.10.18 10:06:35 -03'00'

CHRISTIANE FERREIRA  
Gerente de Filial SE  
Gerência Executiva de Governo Juiz de Fora

**SAC CAIXA: 0800 726 0101** (informações, reclamações, sugestões e elogios)  
**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492**  
**Ouvidoria: 0800 725 7474**  
**caixa.gov.br**



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento tem por finalidade definir os elementos que nortearão a realização de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, para a contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia para **ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PTS - PROJETO DE TRABALHO SOCIAL E DO PDST - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL**, que atuará no projeto de construção de um extravasor no Córrego Lava Pés, localizado na Avenida Astolfo Dutra, Centro em Cataguases, conforme normas estabelecidas na portaria 464/2018, Anexo II.

DESCRIÇÃO	QNT. (Meses)	UND.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL	CATSER
Contratação de Assistente Social ou Sociólogo com experiência comprovada na prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação, para a Elaboração e Execução do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST, para integrar a equipe técnica da obra de saneamento integrado no projeto do Extravasor no Córrego Lava Pés na Avenida Astolfo Dutra em Cataguases.	12	SV	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00	23124

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

1.3. O objeto se enquadra de acordo com o artigo 6 da Lei 14.133/2021, como sendo:

*XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;*

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O município de Cataguases é afetado, pelo menos uma vez por ano, por fortes chuvas que causam enchentes que afetam vias públicas, pontes, estradas e também à população ribeirinha. O local onde será realizada a obra do extravasor, fica localizado no centro da cidade, local faz parte do Perímetro Tombado da cidade, onde funciona um comércio pulsante e é via para vários bairros e para a saída da cidade.



2.2. O córrego Lava Pés corta as Avenidas João Inácio Peixoto, Humberto Mauro, Astolfo Dutra e Rua Nogueira Neves e com qualquer chuva mais intensa o córrego transborda, causando transtornos para o comércio local, incluindo Escolas, transeuntes e moradores.

2.3. O trabalho a ser feito pelo profissional a ser contratado compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária.

2.4. O Trabalho Social de que trata esse Projeto aplica-se a intervenção de Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais: nos projetos que envolvam as diversas fases de implantação e ampliação de sistemas que provoquem interferências diretas nas condições de vida da população.

2.5. A contratação do profissional para a prestação de serviços técnicos sociais de obras de intervenções de saneamento, se faz necessária diante da deficiência de profissional qualificado no quadro de servidores efetivos da Prefeitura de Cataguases, para a elaboração e execução das ações e etapas do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST.

2.6. Conforme Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades, é de responsabilidade do Município a realização do Trabalho Social de forma direta ou indireta. Optou-se pela realização no regime de execução indireta, sob responsabilidade da Secretaria da Administração, através da contratação, via processo licitatório do profissional da área social, que atuará sob a coordenação de um profissional técnico da Prefeitura de Cataguases para auxiliar no planejamento, acompanhar e monitorar a execução do projeto.

2.7. Os trabalhos serão norteados pela legislação vigente, normativas relacionados a intervenções e saneamento objetos de operações de repasse/financeiro.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem como finalidade viabilizar a contratação de um profissional de Serviço Social ou Sociologia para o desenvolvimento e implementação eficaz do Projeto de Trabalho Social - PTS e do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST, relacionados à implantação de um extravasor no Córrego Lava Pés, no município de Cataguases. A contratação visa mitigar os impactos ambientais e sociais decorrentes da obra, promovendo um desenvolvimento sustentável na região, de acordo com as diretrizes da Portaria 464.

3.2. A necessidade de contratação deste profissional surge da complexidade técnica do projeto, em consonância com o Anexo II da Portaria 464, que regulamenta a obrigatoriedade de execução de Trabalho Social em obras de saneamento integrado. A implantação do extravasor no Córrego Lava Pés é uma intervenção significativa que exige a presença de

um profissional capacitado para articular ações socioeducativas, participação comunitária e desenvolvimento socioterritorial.

**3.3.** O Projeto de Construção do extravasor visa mitigar os impactos socioambientais decorrentes das intervenções de drenagem e saneamento no Córrego Lava Pés, assegurando que os benefícios dessas ações sejam amplamente distribuídos à população. A região afetada é uma via estratégica, fundamental para o deslocamento entre bairros e saída da cidade.

**3.4.** Esta obra implica em mudanças significativas na infraestrutura e dinâmica social da região. As principais questões a serem abordadas incluem:

**3.4.1.** Impactos na população e comércio local, com possíveis alterações na rotina diária dos habitantes e na economia local.

**3.4.2.** Transformações socioeconômicas, demandando soluções inclusivas e adaptativas para a população afetada.

**3.4.3.** Questões culturais e ambientais, considerando práticas locais que devem ser respeitadas e integradas ao projeto.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** O Projeto de Construção do extravasor no Córrego Lava Pés tem como objetivo principal mitigar os riscos de alagamento e melhorar a infraestrutura de drenagem da região. Este projeto afetará diretamente a rotina da população e comércio local, tornando necessária a presença de um Assistente Social ou Sociólogo para garantir que as intervenções sejam conduzidas com sensibilidade social.

**4.2.** O profissional contratado será responsável pela elaboração e implementação do PTS e PDST, com foco na realização de diagnósticos sociais, engajamento comunitário e promoção de soluções sustentáveis que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios para a população.

**4.3.** A presença desse profissional é crucial para garantir que o projeto não apenas atenda às metas ambientais e de infraestrutura, mas também seja sensível às necessidades e realidades da população, tendo um papel vital em:

**4.3.1. Realização de Diagnósticos Precisos:** Conduzir estudos aprofundados sobre as condições sociais e territoriais, oferecendo uma base sólida para a elaboração do PTS e do PDST.

**4.3.2. Facilitação da Participação Comunitária:** Engajar a população local no processo de desenvolvimento, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam integradas nas estratégias do projeto.

**4.3.3. Promoção de Soluções Sustentáveis:** Propor intervenções que minimizem os impactos negativos e maximizem os benefícios sociais e econômicos, promovendo um desenvolvimento equilibrado e respeitoso com as especificidades locais.

4.4. A contratação de um Assistente Social ou Sociólogo é um componente chave dessa solução, garantindo que os projetos de Trabalho Social e Desenvolvimento Socioterritorial sejam elaborados e implementados com a profundidade e sensibilidade necessárias.

## 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

5.1. O profissional a ser contratado deverá ser graduado em Serviço Social ou Sociologia sendo necessário a apresentação da comprovação da graduação através de diploma;

5.2. Possuir experiência através de atestados de qualificação técnica, podendo ser mais de um, que comprovem:

I. Ações socioeducativas em intervenções de saneamento e de habitação e na elaboração e execução de Projetos Técnicos Sociais;

II. Experiência técnica específica na elaboração e execução de PTS e PDST;

III. Capacidade profissional em projetos semelhantes.

5.3. O profissional deverá possuir registro ativo perante o Conselho da Classe, nesse caso o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, sediado na região da sede da licitada.

5.3.1 Profissionais da área que atuam localmente têm maior facilidade em estabelecer parcerias e interagir com outras instituições e serviços, otimizando a articulação intersetorial necessária para o sucesso do projeto. A inclusão da exigência de que o assistente social ou sociólogo tenha registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da região onde se encontra a sede da licitada é fundamental para garantir a efetividade e a adequação dos serviços a serem prestados no âmbito do Projeto Extravasar.

5.3.1.1 **Conhecimento da Realidade Local:** Profissionais registrados na região possuem um entendimento mais profundo das dinâmicas sociais, culturais e econômicas da comunidade. Isso é essencial para a elaboração de um Plano de Trabalho (PTS) e Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDST) que sejam realmente eficazes e que atendam às necessidades específicas da população local.

5.3.1.2 **Responsabilidade Ética e Legal:** O registro no CRESS assegura que o profissional está habilitado e que atende aos requisitos éticos e técnicos exigidos pela profissão. Isso garante a qualidade do trabalho realizado e a proteção dos direitos da população atendida. Embora essa exigência possa ser vista como uma restrição à competitividade, é importante destacar que a contratação de profissionais que estejam inseridos no contexto regional não apenas assegura a qualidade dos serviços, mas também promove a inclusão social e a valorização dos profissionais locais. Essa abordagem contribui para a construção de um projeto mais sustentável e alinhado com as realidades e desafios da comunidade.

5.4. Declaração formal informando que possuirá, se for declarada vencedora no prazo de 15 dias úteis após a assinatura do contrato, uma sala "escritório" na cidade de Cataguases,

enquanto estiver realizando o trabalho social, e que possui aparelhamento disponível para a execução do objeto da licitação.

**5.4.1. As instalações da contratada poderão ser fiscalizadas pelo fiscal do contrato.**

**5.5.** Os licitantes interessadas poderão vistoriar os locais onde serão realizados os serviços. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do e-mail [administracao@cataguases.mg.gov.br](mailto:administracao@cataguases.mg.gov.br), para que possa ocorrer na presença de servidor da prefeitura designado para tal.

I. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 24 horas (vinte quatro horas) antes da vistoria a ser realizada e só deverá acontecer até 48 horas (quarenta e oito horas) antes do início do certame.

II. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

**5.5.2.** O fato de licitante deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto.

**5.6.** A qualificação técnica será analisada pela secretaria solicitante e responsável pelo solicitação e acompanhamento dos trabalhos.

**6. PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA DA CONTRATADA**

**6.1.** A contratada deverá apresentar Plano de Trabalho e Metodologia no prazo de 60 dias corridos podendo ser prorrogado desde que autorizado pela administração, por meio de texto dissertativo, consoante o universo dos trabalhos previsto neste documento, em termos de abrangência, localização e conteúdo/escopo, deverá demonstrar também o seu entendimento do problema nos seus aspectos técnicos e logístico.

**6.1.1.** Texto dissertativo que indique a relação das atividades e tarefas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos (etapas de execução), no qual deve informar às diretrizes que apontem a solução dos problemas encontrados. O plano de trabalho deverá demonstrar, de forma clara, o seu alcance e abrangência em relação ao todo o objeto e escopo desta licitação.

**6.1.2.** O plano de trabalho deve também equacionar as dificuldades advindas das inter-relações entre as etapas de execução, consoante com o cronograma de atividade apresentada nos PTS e no PDST.

**6.2. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS**

**6.2.1.** O licitante deverá apresentar os documentos discriminados a seguir em 15 dias corridos para o fiscal do contrato.

**6.2.1.1.** Texto com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 40 (quarenta) páginas, referente ao conhecimento do problema por parte da licitante.



**6.2.1.2.** Texto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 40 (quarenta) páginas, incluindo p anilhas, desenhos e/ou gráficos referentes à metodologia da licitante para consecução do objeto deste termo.

### **6.3. EXIGÊNCIAS E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PTS E PDST**

**6.3.1.** O PTS deve conter, no mínimo, os itens a seguir:

**6.3.1.1. Identificação:** dados cadastrais do proponente/agente executor, localização da intervenção.

I. Na macroárea (que inclui a poligonal de intervenção), por meio de metodologias rápidas e participativas cu dados secundários:

- a) Existência e características dos impactos ambientais identificados, quando for o caso;
- b) Outras informações avaliadas como necessárias pelo Proponente/Agente executor para subsidiar a análise dos impactos sociais e as medidas necessárias.

**6.3.1.2. Justificativa:** discorrer brevemente sobre a proposta de trabalho social em relação à intervenção a ser realizada e sua relação com o contexto do projeto e os problemas da área;

**6.3.1.3. Objetivos:** definir os objetivos geral e específicos do trabalho social em relação à intervenção proposta;

**6.3.1.4. Ações e estratégias de execução:** deverão ser definidas a partir dos resultados obtidos pelo diagnóstico sócio territorial, descrevendo as atividades, os mecanismos, a metodologia, técnicas e instrumentos a serem utilizados e a sequência de operacionalização, considerando o conteúdo descrito nos 4 (quatro) eixos do Anexo II da Portaria 464/2018.

### **6.4. PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL – PDST**

**6.4.1.** O PDST deverá conter, no mínimo, o descrito nos itens a seguir:

**6.4.1.1. Identificação:** Profissional responsável pelo Trabalho Social, dados do empreendimento, da macroárea;

**6.4.1.2. Objetivos:** definidos como base nas articulações intersetoriais e na mobilização/fortalecimento, como metas de curto, médio e longo prazo;

**6.4.1.3. Ações e estratégias de execução:** definidas a partir dos resultados obtidos pela caracterização da macroárea e pelo diagnóstico das famílias beneficiárias, descrevendo as atividades, a metodologia, as técnicas e os instrumentos a serem utilizados, como base no conteúdo descritos nos quatro eixos;

**6.4.1.4. Monitoramento:** deve explicitar os mecanismos que deverão utilizados pelo Ente Público para monitorar as ações do PDST, considerando os objetivos de curto, médio e longo prazo, assim como os arranjos de gestão definidos;

**6.4.1.5. Equipe de trabalho social:** com descrição das atividades/ atribuições do responsável técnico/ Coordenador do trabalho social e de cada integrante, além das respectivas formações profissionais;



**6.4.1.6. Orçamento:** contendo os custos das ações/atividades a serem implementadas, distinguindo as que serão executadas com recursos do trabalho social das que serão realizadas com recursos complementares; especificadas as fontes dos recursos;

**6.4.1.7. Cronograma físico-financeiro:** contendo o tempo e custos de execução de todas as ações/atividades previstas no PDTS.

**6.4.2.** O PDTS deverá ser apresentado para análise e aprovação até 30 dias após o período de execução do PTS, ou seja a partir da ordem de serviço emitida pelo município.

## **6.5. DESCRIÇÃO DOS EIXOS E ATIVIDADES DO PDTS**

**6.5.1.** Os eixos e atividades descritos são orientadores da elaboração do PDST, integrante do PTS, cabendo à coordenação do Trabalho Social e a Caixa Econômica Federal a aprovação das ações detalhadas definidas para o PDST após a fase de orientação, diagnóstico territorial, visando ao atendimento das particularidades sociais, econômicas, culturais e ambientais da área de intervenção.

**6.5.2.** Todas as atividades descritas são parâmetros mínimos para as ações a serem detalhadas no PDTS.

**6.5.3.** Dessa maneira, a critério da Coordenação Técnica da Caixa Econômica Federal, poderão ser incorporadas, com as devidas justificativas, novas atividades e ações específicas.

## **6.6. SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS**

**6.6.1.** O PTS e o PDST, cada documento, deverá ser apresentado em 3 (três) vias impressas e 1 (uma) via digitalizada.

**6.6.2.** Os relatórios mensais da ação realizada deverão ser entregues em 3 (três) vias impressas e 1 (uma) via digitalizada.

**6.6.3.** A elaboração e entrega dos relatórios e documentos deverão oferecer elementos quantitativos e qualitativos para o monitoramento do trabalho social, não sendo admitidos rasuras e remendos nos referidos produtos/documentos.

**6.6.4.** O PTS, PDST, relatório de sistematização e demais documentos, deverão ser entregues na Secretaria de Administração na Prefeitura de Cataguases, para verificação e ateste pelo coordenador/ fiscal de contrato do trabalho social da contratante.

**6.6.5.** O projeto de trabalho social e o plano de desenvolvimento socioterritorial deverá ser elaborado de acordo com a Portaria 464/2018, e deverá conter de forma clara, as atividades, ação, horas técnicas, etc.

**6.6.6.** Caso seja necessário redimensionamento de atividades de ações, poderá ser proposta reprogramação de atividades, no entanto, a realização só deverá ocorrer após aprovação da Caixa Econômica Federal.

**6.6.7.** As atividades deverão estar de acordo com a portaria 464/2018 - Ministério das Cidades e constar detalhamento no projeto, a opção metodológica, a escolha do instrumental,

das estratégias e das técnicas a serem utilizadas para a implementação do trabalho social, deverá levar em conta, além dos aspectos técnicos e do tipo de intervenção, as peculiaridades culturais, sociais, econômicas e ambientais, identificadas a partir da caracterização e diagnóstico da área de intervenção e do diagnóstico sócio territorial da macroárea.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**7.1.1.** Não será admitida a subcontratação do todo ou partes do objeto contratual.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.** Compromete-se a entregar o objeto licitatório requisitado de acordo com as especificações previstas nesse Termo de Referência, sendo por sua conta e risco as despesas decorrentes do cumprimento do objeto contratual e ainda;

**8.2.** Arcar com eventuais prejuízos causados ao processo e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução da proposta;

**8.3.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

**8.4.** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidade apontadas pela contratante.

**8.5.** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimo e supressões que se fizerem necessários;

**8.6.** Cumprir as exigências da fiscalização para a perfeita execução do serviço;

**8.7.** Cumprir as exigências da legislação trabalhista e segurança do trabalho com a população locais;

**8.8.** Responsabilizar-se por todas as despesas (instalação, transporte, vigilância, seguros, combustível, alojamento, refeições e outros) e encargos trabalhista e outros inerentes ao serviços.

**8.9.** Atender prontamente às solicitações da contratante, por escrito quando for solicitada.

**8.10.** Cumprir rigorosamente com todas as exigências dispostas no Termo de Referência.

**8.11.** Quando se fizer necessário e por iniciativa da contratada, a mudança nas especificações ou substituição de algum material por seu equivalente deverá ser apresentada por escrito, à fiscalização, e autor dos projetos, minuciosamente justificado. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não prejudiquem o andamento dos serviços, dando causa às possíveis prorrogações de prazo. Compete em última instância a Secretaria requisitante decidir a respeito da substituição.

**8.12.** A inadimplência da contratada, com referência aos encargos financeiros com pessoal, trabalhistas, previdenciários (contribuição social) e tributos, bem como as repartições Públicas e Instituições Arrecadoras dos encargos decorrentes da execução dos serviços,



não transfere ao contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato.

**8.13.** Obriga-se a contratada a providenciar, suas expensas, junto às repartições competentes, todas as licenças e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados, responsabilizando-se, em qualquer tempo, com as consequências que a sua falta ou omissão acarretarem. Tais documentos deverão ser entregues ao contratante até a aceitação dos serviços.

**8.14.** Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, como também pelos danos decorrentes da realização dos mesmos.

**8.15.** Manter atualizada, durante a vigência do contrato, certidão negativa de débito - CND - quanto a tributos federais, estaduais e municipais, bem como das contribuições sociais e certificado de regularidade de FGTS, devidamente atualizadas junto ao setor de licitação da Prefeitura de Cataguases.

**8.16.** Emitir Nota Fiscal correspondente à sede da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1.** Cabe à contratante a coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela contratada, fazendo cumprir as exigências concernentes neste Termo de Referência.

**9.1.1.** Fica designada como Coordenadora do Trabalho Social e responsável pela fiscalização de contrato, a servidora Clarice Oliveira Leite Mendonça.

**9.2.** Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, e efetuar os pagamentos nas condições e preço pactuados.

**9.3.** Coordenação dos trabalhos desenvolvidos pela contratada, fazendo cumprir as exigências concernentes neste Termo de Referência efetuando os pagamentos de acordos com a apresentação de relatórios das atividades e nota fiscal, sendo esses efetuado após avaliação dos referidos relatórios e anuência da Caixa Econômica Federal.

**9.4.** Observar para que seja mantida, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no presente Termo, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

**9.5.** Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

**9.6.** Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

**9.7.** Emitir ordem de serviço para a contratada;

**9.8.** Prestar todas as informações necessárias à contratada para realização do serviço;

**9.9.** Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo;

**9.10.** Atestar a Nota Fiscal e envio da mesma ao setor competente para o pagamento.



## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**10.1.** O CONTRATADO apresentará a nota fiscal acompanhada da respectiva Autorização de Fornecimento do serviço emitida pela CONTRATANTE, a qual será verificada para conferência dos serviços efetivamente executados.

**10.2.** Após a devida conferência pelos setores competentes, o pagamento será realizado no prazo de até 30 dias úteis a contar da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada.

**10.3.** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**10.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**10.5.** O pagamento será efetuado após avaliação dos referidos relatórios e anuência da Caixa Econômica Federal.

**10.6.** O prazo total de prestação dos serviços do objeto desta licitação será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado, a critério da Administração Municipal, e em conformidade com a legislação aplicável, nomeadamente o art. 105, da Lei 14.133/21, podendo seus valores serem corrigidos pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou outro índice que venha substituí-lo.

**10.7.** A Administração convocará o licitante nos termos e para os efeitos do art. 90, da Lei 14.133/21, para firmar o contrato, em até 5 (cinco) dias, contados da expedição desta convocação.

**10.8.** Na hipótese da adjudicatária se recusar a assinar o Contrato, na forma prevista neste instrumento convocatório, o Contratante, facultativamente, procederá a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, obedecido o disposto do art. 90 § 4º "I" da Lei 14.133/21.

## **11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**11.1.** O valor médio para a contratação será de **R\$ 84.000,00 (Oitenta e quatro mil reais)** de acordo com os orçamentos anexados e Mapa Analítico constantes do Anexo I, sendo pagos em parcelas fixas.

**11.2.** No preço proposto já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

## **12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios da Secretaria de Administração deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Administração

UNIDADE: 02

ELEMENTO DE DESPESA: 65

FONTE DE RECURSOS: 3.3.90.39

Emília de Sousa Menta  
Secretária de Administração

Myrian Ap. de Souza Batista Marques  
Elaboração do Termo de Referência

Clarice Oliveira Leite Mendonça  
Fiscal do Contrato

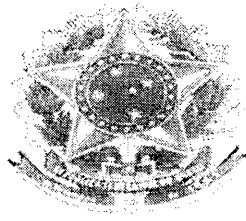


# Prefeitura de Cataguases

## Secretaria de Fazenda

### ANEXO I – MAPA ANALÍTICO

ITEM	UND.	QTD. (MÊS)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
Ludmila da Silva Lima – CRESS/MG 11187				
1	SV	12	R\$ 7.500,00	R\$ 90.000,00
Alessandra Pereira Lisboa – CRESS 28103				
1	SV	12	R\$ 6.500,00	R\$ 78.000,00
Mariely Martins Costa – CRESS 11794				
1	SV	12	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
VALORES MÉDIOS			R\$ 7.00,00	R\$ 84.000,00



PREFEITURA DE CATAGUASES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**DECLARAÇÃO DO SETOR REQUISITANTE**

**Objeto da licitação:** Contratação de de profissional de Serviço Social ou Sociologia para **ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PTS - PROJETO DE TRABALHO SOCIAL E DO PDST - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL**, que atuará no projeto de construção de um extravasor no Córrego Lava Pés, localizado na Avenida Astolfo Dutra, Centro em Cataguases.

**Modalidade da licitação:** Processo de Licitação por inexigibilidade (Lei 14.133/2021).

Eu, Emília de Sousa Menta, Secretária de Administração, declaro por meio desta que o referido setor cumpriu integralmente todas as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de estudo técnico preliminar, termo de referência, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

O planejamento da contratação foi elaborado de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei 14.133/2021, garantindo a adequada definição dos requisitos do objeto, a escolha do melhor regime de contratação, a definição dos critérios de aceitabilidade das propostas e demais elementos necessários para a realização do processo licitatório.

O estudo técnico preliminar foi desenvolvido de forma detalhada e consistente, contemplando a justificativa da necessidade da contratação, a descrição completa do objeto, os requisitos técnicos mínimos, os critérios de medição e pagamento, bem como quaisquer outras informações relevantes para a compreensão do objeto e a correta elaboração das propostas pelos potenciais fornecedores.

Esta declaração tem o objetivo de atestar o cumprimento rigoroso das exigências legais estabelecidas pela Nova Lei de Licitações 14.133/2021 no que tange ao planejamento, estudo técnico preliminar, demonstrando o comprometimento do setor requisitante em seguir as diretrizes legais e as melhores práticas na condução de processos licitatórios.

---

Emília de Sousa Menta

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

Setor requisitante (Unidade/Setor/Departamento): SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

E-mail: [administracao@cataguases.mg.gov.br](mailto:administracao@cataguases.mg.gov.br)

Telefone: (32 ) 3422-1066 ramal 106 e 107

**Objeto:** A contratação de profissional de Serviço Social ou Sociologia para **ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PTS - PROJETO DE TRABALHO SOCIAL E DO PDST - PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL**, que atuará no projeto de construção de um extravasor no Córrego Lava Pés, localizado na Avenida Astolfo Dutra, Centro em Cataguases

**1.1. Justificativa da necessidade da contratação:** O município de Cataguases é afetado, pelo menos uma vez por ano, por fortes chuvas que causam enchentes que afetam vias públicas, pontes, estradas e também à população ribeirinha. O local onde será realizada a obra do extravasor, fica localizado no centro da cidade, local faz parte do Perímetro Tombado da cidade, onde funciona um comércio pulsante e é via para vários bairros e para a saída da cidade.

O córrego Lava Pés corta as Avenidas João Inácio Peixoto, Humberto Mauro, Astolfo Dutra e Rua Nogueira Neves e com qualquer chuva mais intensa o córrego transborda, causando transtornos para o comércio local, incluindo Escolas, transeuntes e moradores.

O trabalho a ser feito pelo profissional a ser contratado compreende um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político institucional do território e da população beneficiária.

O Trabalho Social de que trata esse Projeto aplica-se a intervenção de Drenagem Urbana Sustentável e Manejo de Águas Pluviais: nos projetos que envolvam as diversas fases de implantação e ampliação de sistemas que provoquem interferências diretas nas condições de vida da população.

A contratação do profissional para a prestação de serviços técnicos sociais de obras de intervenções de saneamento, se faz necessária diante da deficiência de profissional qualificado no quadro de servidores efetivos da Prefeitura de Cataguases, para a elaboração e execução das ações e etapas do Projeto de Trabalho Social - PTS e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST.

Conforme Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades, é de responsabilidade do Município a realização do Trabalho Social de forma direta ou indireta. Optou-se pela realização no regime de execução indireta, sob responsabilidade da Secretaria da Administração, através da contratação, via processo licitatório do profissional da área social, que atuará sob a coordenação de um profissional técnico da Prefeitura de Cataguases para auxiliar no planejamento, acompanhar e monitorar a execução do projeto.

Os trabalhos serão norteados pela legislação vigente, normativas relacionados a intervenções e saneamento objetos de operações de repasse/financeiro.

**Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0500.0000000 ficha 65.**

**Horário de Entrega/Execução: Início Avenida Astolfo Dutra esquina com a Avenida Humberto Mauro em direção a Rua Nogueira Neves até o Rio Meia Pataça.**

**Servidor responsável para esclarecimentos: Emília de Sousa Menta**

**Responsável pela Formalização da Demanda: Myrian Aparecida de Souza Batista Marques**



**Emília de Sousa Menta**  
**Secretária de Administração**